



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

PROCESSO PROAD 10000/2023 (SISDOC 4632/2013, 18344/2019 e 1802/2023)

**PAUTA DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ REGIONAL DO PJe
(Instituído pela Portaria TRT 18ª GP/SGJ Nº 381/2023)**

Data da reunião: 07/12/2023

Horário: 10h

Local: Sala do Centro de Negociação Coletiva (Vice-Presidência)

1. GLPI 255044 – PEDIDO DO SERVIDOR CLEBER PIRES FERREIRA, SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO: INSERIR O MOVIMENTO “DETERMINADO O BLOQUEIO OU A PENHORA ONLINE” NO LANÇADOR DE MOVIMENTOS DO PJe 1º GRAU. A medida se justifica pelo fato de que o mencionado movimento é requisito para que o processo seja inserido no Sistema Automatizado de Bloqueios e Ativos Financeiros (SAB-PJe), ferramenta desenvolvida pelo TRT 18ª Região e que será implantada em âmbito nacional com objetivo é automatizar operações de bloqueio e transferência de valores na execução dos processos. O movimento “Determinado o bloqueio ou a penhora online” existe no fluxo de conclusão para decisão geral; no entanto, sua inserção no lançador de movimentos fará com que possa ser lançado independentemente de nova conclusão ao magistrado nos casos em que houver determinação prévia de realização dessa medida.

2. PROAD 11589/2023 – DEFINIR PARA QUAL ÓRGÃO JULGADOR DO TIPO “CEJUSC” OS PROCESSOS QUE TRAMITAM NO PJe 2º GRAU DEVEM SER ENCAMINHADOS PARA FINS DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Atualmente existem 5 órgãos julgadores do tipo “CEJUSC” cadastrados no PJe 2º Grau. São eles: “CEJUSC 2º GRAU”, “CEJUSC 2º GRAU ITUMBIARA”, “CEJUSC 2º GRAU APARECIDA DE GOIÂNIA”, “CEJUSC 2º GRAU RIO VERDE” e “CEJUSC DIGITAL 2º GRAU”. Ante a pluralidade de CEJUSCs existentes no fluxo de 2º Grau, foi solicitado que seja possível o envio de processos apenas para o órgão Julgador “CEJUSC 2º GRAU”. Instado a se manifestar, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – NUPEMEC deliberou pelo envio da questão para o Subcomitê Regional do PJe.

3. PROAD 19127/2023 E GLPI 246891 (DELIBERAÇÃO ADIADA NA REUNIÃO DO DIA 02/10/2023) – PEDIDO DA SERVIDORA NARAH NAYANE ALVES MARTIS, ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA: POSSIBILIDADE DE SE ATRIBUIR PERFIL DE *JUS POSTULANDI* AO SERVIDOR PARA VIABILIZAR A JUNTADA DE DOCUMENTOS EM PROCESSOS DE UNIDADES DISTINTAS DA QUE É LOTADO.

4 . PROAD 13117/2023 – PEDIDO DE CRIAÇÃO DE CHIP AMARELO “RETIRAR CONVÊNIOS”. DEMANDA DA SERVIDORA VERÔNICA FERREIRA BUENO, DIRETORA DE SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO DE LUZIÂNIA. A solicitação se pauta na necessidade de priorização das baixas de convênios, quando os processos já foram pagos e estão aptos ao arquivamento. O chip “Consultar - Convênios - TRT18” é utilizado quando queremos incluir convênios e acaba misturando com processos que precisam dar baixa nos convênios, o que deve ser feito com maior urgência.

5. PROAD 19131/2023 – SUGESTÃO DE MELHORIA DA SERVIDORA DAYANA MOREIRA DA SILVA, DIRETORA DE SECRETARIA DA 14ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA: POSSIBILITAR ALTERAÇÃO DO NOME DO MAGISTRADO, TANTO DE FORMA INDIVIDUAL COMO EM LOTE, QUANDO O PROCESSO ESTIVER NAS SEGUINTE TAREFAS: ELABORAR DESPACHO/DECISÃO/SENTENÇA, ASSINAR DESPACHO/DECISÃO/SENTENÇA E ANÁLISE DE DEPENDÊNCIA. Justificativa: quando o magistrado entra de férias, licença médica ou pede remoção para outra unidade por exemplo, os processos que estão nas tarefas acima, vinculadas àquele magistrado, precisam ser alterados individualmente para o nome do magistrado que atuará na Vara do Trabalho. No caso de minutas para assinar, precisam ser copiadas, cancelar a conclusão, fazer nova conclusão escolhendo o magistrado que irá assinar, colar a minuta e enviar novamente para assinatura. Trata-se de tempo de trabalho que seria otimizado caso o serviço pudesse ser realizado em lote.

6. GLPI 251229 – SUGESTÃO DE MELHORIA DA SERVIDORA NATHALIA GONÇALVES FIRENS, DO CEJUSC GOIÂNIA: CRIAÇÃO DE FILTRO NA PAUTA DE AUDIÊNCIAS DO JTe QUE POSSIBILITE FILTRAR AS AUDIÊNCIAS POR SALA. Atualmente, a consulta de pautas pelo JTe só possibilita o filtro por órgão julgador. Tendo em vista a grande quantidade de salas de audiência no CEJUSC (já que cada vara se constitui em uma sala), solicita a criação de filtro por sala. No mesmo sentido da demanda acima, propõe-se a criação do mesmo filtro na consulta de pautas da consulta pública do PJe.